



RISCO FISCAL

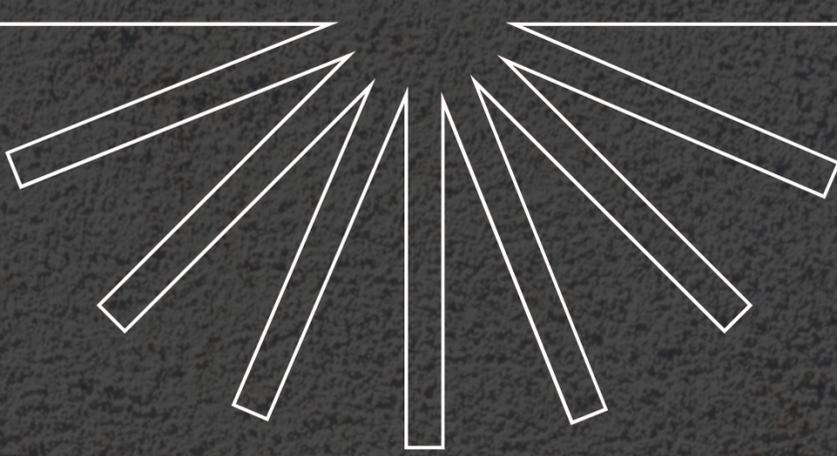
O que o empresário deve saber



Informativo Jurídico
Março / Abril 2025



NOSSOS
AUTORES



Renato Romão

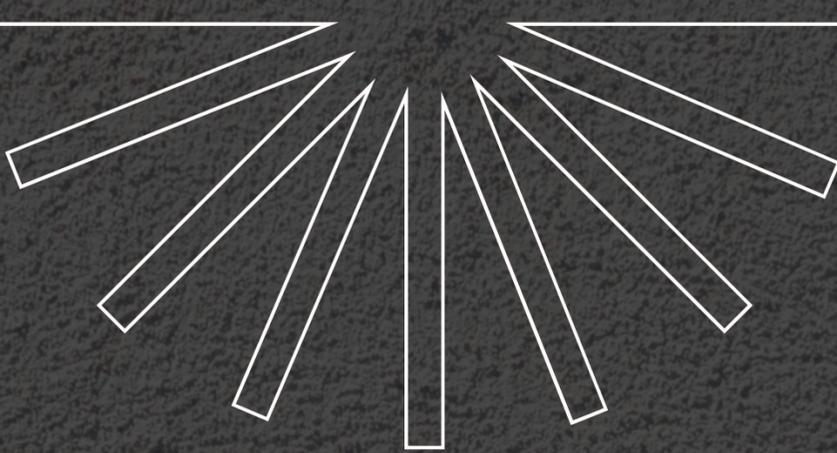
Advogado, sócio da Taveira e Romão Sociedade de Advogados, especializado em Direito Público e Empresarial.

É professor universitário, Mestre em Direito, com MBA em Controladoria, Auditoria e Compliance.

Autor de livros e artigos jurídicos.

Palestrante, com destaque em temas como licitações públicas, empreendedorismo, responsabilidade civil e compliance.





Barbara Taveira

Advogada, sócia diretora da Taveira e Romão Sociedade de Advogados, especializado em Direito Público e Empresarial.

Mestra em Direito, com Especialização em Direito Empresarial.

Autora de livros e artigos jurídicos.

Coordenadora Jurídica do Movimento de Mulheres Desbravadoras.

Palestrante, com destaque em temas como empreendedorismo, estratégia empresarial e planejamento previdenciário.



AVISO IMPORTANTE

O TR NEWS É UMA PUBLICAÇÃO OFICIAL DA TAVEIRA E ROMÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

ESTE INFORMATIVO TEM COMO OBJETIVO OFERECER ANÁLISES EXCLUSIVAS, INSIGHTS E ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE OS PRINCIPAIS TEMAS DO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL.

INFORMAMOS QUE É ESTRITAMENTE PROIBIDA A CÓPIA, O PLÁGIO E A REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA DO CONTEÚDO AQUI DIVULGADO.

A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO MATERIAL SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO PODE CONFIGURAR VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS E ACARRETAR RESPONSABILIDADES LEGAIS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À TAVEIRA E ROMÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS. REFORÇAMOS O COMPROMISSO COM A ORIGINALIDADE E A ÉTICA NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO.

PARA MAIS INFORMAÇÕES OU AUTORIZAÇÃO DE USO, ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO E-MAIL: CONTATO@TAVEIRAEROMAO.ADV.BR

TAVEIRA E ROMÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

R



INTRODUÇÃO

Caro leitor (a),

O cenário econômico brasileiro tem sido marcado por desafios fiscais que afetam diretamente a previsibilidade e a segurança dos negócios.

O risco fiscal, decorrente do possível descontrole das contas públicas, segue como um dos principais fatores de preocupação para a estabilidade financeira do país nos próximos anos. De acordo com a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) do Banco Central, publicada recentemente, as instituições financeiras já alertam para os impactos que um controle fiscal pode trazer, desde o aumento da inflação até a elevação dos juros e a retração do crédito.

Para o empresário brasileiro, compreender esses riscos e adotar estratégias para mitigar seus efeitos é essencial para a continuidade e o crescimento sustentável dos negócios. O desajuste fiscal pode resultar em maior carga tributária, oscilações na taxa de câmbio, redução de investimentos e instabilidade regulatória. Além disso, as políticas de ajuste adotadas pelo governo podem impactar diretamente setores produtivos, exigindo um planejamento financeiro mais robusto e ágil.

Diante desse cenário, no TR News deste mês, analisamos os reflexos do risco fiscal para o setor empresarial e trazemos orientações práticas para que as empresas possam navegar com mais segurança nesse ambiente desafiador.

Desejamos a você uma ótima leitura e reflexão.

Atenciosamente,

Taveira e Romão Sociedade de Advogados

Economia

Bancos apontam risco fiscal como ameaça à estabilidade financeira

Pesquisa aborda ainda riscos prospectivos e confiança na estabilidade

LUCIANO NASCIMENTO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

Publicado em 27/02/2025 - 16:15
São Luís



© MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

InfoMoney

Morgan Stanley: a aposta no mercado brasileiro com projeção de volta do ruído fiscal

Estrategista do banco americano recomenda apostar na inclinação da curva futura de juros no Brasil

[Lara Rizério](#)

05/03/2025 12h59 • Atualizado 3 dias atrás



Aumentam menções ao risco fiscal em pesquisa do BC com instituições financeiras

No segundo e terceiro lugares aparecem, respectivamente, o cenário internacional e inadimplência

Por [Álvaro Campos](#), Valor — São Paulo

27/02/2025 14h58 - Atualizado há uma semana



≡ MONEYTIMES

ÚLTIMAS NOTÍCIAS IBOVESPA CARTEIRA RECOMENDADA GIRO DO MERCADO f @ y in

ECONOMIA

Apertem os cintos: Perda da âncora fiscal vai abater economia em 2025, diz Monte Bravo



Por Juliana Américo

📩 SIGA-ME NO WHATSAPP

1 - O QUE É RISCO FISCAL?

De acordo com a Secretária do Tesouro Nacional, os chamados Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos capazes de afetar as contas públicas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.

Para que esses eventos sejam classificados como riscos fiscais, uma condição necessária é que os mesmos não possam ser controlados ou evitados pelo governo. Dessa forma, enquanto gastos imprevistos, decorrentes, por exemplo, de decisões judiciais desfavoráveis ao governo, são considerados riscos fiscais, despesas oriundas de decisões ou políticas governamentais, como, por exemplo, auxílios, não são considerados riscos fiscais, ainda que acarretem desvios das metas fiscais.

O risco fiscal balança o mercado de renda fixa, a bolsa, o dólar, e tudo o que está ao redor. Ele também engloba todo o risco que os agentes de mercado precificam na hora de emprestar dinheiro ao Brasil – seja por meio de títulos do governo, ou dívida de empresas.

Uma maneira simplificada de explicar o risco fiscal é pensar no orçamento de uma família. Se uma família gasta mais do que ganha ou já tem de renda, ela pode pedir um empréstimo em uma instituição financeira; ou seja, se endividar.

Comprar com o cartão de crédito parcelado, por exemplo, é uma maneira de adquirir bens e serviços que não necessariamente teríamos o dinheiro para comprar “de uma vez só”. E para fazer isso, pegamos emprestado do banco, via cartão de crédito.

Para o governo, é quase a mesma coisa – o orçamento da família, no caso, são as contas públicas. Se o governo gasta mais com bens e serviços do que ele arrecada com tributos (que eu, você e todo mundo contribui quando pagamos nossos impostos e consumimos) ele faz o que? Se endivida, assim como uma família.

E aí está o problema objeto de nossa análise: As perspectivas para a economia brasileira em 2025 se deterioraram, gerando uma forte perda para os ativos do país devido ao aumentos dos gastos e a ausência de uma âncora fiscal crível. E isso pode trazer sérias consequências ao mercado empresarial brasileiro.

A instabilidade fiscal no Brasil tem gerado preocupação para o setor produtivo. O descontrole das contas públicas pode desencadear uma série de consequências econômicas, desde o aumento da carga tributária até dificuldades de acesso ao crédito.

Empresas que não se antecipam a esses desafios podem sofrer impactos diretos na sua competitividade e rentabilidade.

Para ajudar os empresários a compreender melhor esse cenário e se preparar para eventuais adversidades, analisamos cinco grandes aspectos do risco fiscal e o que pode ser feito para mitigar seus efeitos.

1 - AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Havíamos previsto em nosso primeiro TR News desse ano que o cenário político brasileiro em 2025 seria marcado pela necessidade de esforços de modernização institucional e desafios relacionados à polarização política, especialmente na necessidade de avanço de pautas como as reformas Tributária e Administrativa.

Passados poucos meses dessa nossa previsão, os primeiros impactos desta necessidade já vem se mostrando amplamente necessários. O aumento do custo de vida, do preço dos alimentos, das commodities, e além disso, o curto de vida e a alta da inflação puxada pelos aumentos tarifários vem aumentando esse risco.

Uma das consequências mais diretas do risco fiscal é a necessidade do governo de gerar mais receitas para equilibrar as contas públicas. Isso pode resultar em:

- **Criação de novos impostos ou aumento das alíquotas de tributos já existentes;**
- **Fim de incentivos fiscais para determinados setores;**
- **Mudanças no regime tributário, como a possível aprovação de uma reforma tributária que redistribua encargos entre empresas e consumidores.**

Como o empresário pode se preparar?

- ✓ Planejamento tributário eficiente: Avaliar oportunidades de economia fiscal dentro das regras vigentes, como adesão a regimes tributários mais vantajosos (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real).
- ✓ Monitoramento de mudanças legislativas: Acompanhar propostas de reforma tributária e contar com suporte jurídico especializado para adaptar-se rapidamente.
- ✓ Ajuste nos preços e margens de lucro: Empresas devem avaliar como repassar eventuais aumentos de tributos sem comprometer a competitividade.

2 - OSCILAÇÃO DO CÂMBIO E DA INFLAÇÃO

O contexto internacional econômico, com a desvalorização da moeda brasileira, segundo índices do Banco Central, em 21.8% no ano passado, tem trazido ao o mercado financeiro uma reação de desconfiança, levando, entre outras coisas, ao aumento da inflação. Os impactos para os empresários são evidentes:

- Alta no custo de insumos importados e matéria-prima, afetando a produção;
- Encarecimento do transporte e da logística devido à elevação dos combustíveis;
- Redução do poder de compra do consumidor, impactando a demanda por produtos e serviços.

Apesar da reconhecida dificuldade em se prever as movimentações, é claro que os impactos da variação trazem complicações diretas no cotidiano dos empresários.

O custo desta variação impacta produtos importados e produtos exportados, incluindo diversos insumos utilizados na cadeia de produção, e obrigando assim o produtor a repassar o custo ou reduzir drasticamente suas margens de lucro.

Como minimizar os impactos?

✓ **Negociação de contratos com fornecedores:** Buscar parcerias estratégicas e acordos que reduzam a exposição à volatilidade cambial.

✓ **Adoção de hedge cambial:** Empresas que dependem de insumos importados podem utilizar mecanismos financeiros para proteger-se das oscilações do dólar.

✓ **Diversificação de mercados:** Explorar novos públicos-alvo e ajustar estratégias de precificação para compensar a inflação.

3 - ACESSO AO CRÉDITO MAIS DIFÍCIL

Com o aumento da dívida pública e o risco fiscal elevado, o governo precisa atrair investidores para financiar seus gastos. Isso normalmente é feito com a elevação dos juros, tornando o crédito bancário mais caro para empresas e consumidores. Os efeitos incluem:

- Aumento das taxas de financiamento para capital de giro e expansão dos negócios;
- Menor disponibilidade de crédito, especialmente para pequenas e médias empresas;
- Desestímulo ao consumo, pois as taxas elevadas reduzem o acesso ao crédito para clientes.

Como agir nesse cenário?

✓ **Redução da dependência de crédito bancário:** Empresas devem buscar alternativas como capital próprio, investidores e reinvestimento de lucros.

✓ **Antecipação de financiamentos:** Se houver necessidade de crédito para projetos futuros, pode ser estratégico buscar condições antes que os juros subam ainda mais.

✓ **Revisão do fluxo de caixa:** Manter uma gestão financeira rigorosa para evitar a necessidade de empréstimos emergenciais com taxas elevadas.

4 - INCERTEZA REGULATÓRIA E MUDANÇAS LEGISLATIVAS

A agenda regulatória e legislativa veem andando a passos muito lentos, no que concerne a avanços decisivos necessários e a imposição de marcos regulatórios que são essenciais para o desenvolvimento de novos segmentos.

Apenas para exemplificarmos algumas dessas condições, o Projeto sobre o mercado de carbono não foi concluído desde o ano passado, a mineração sobre com imensas incertezas regulatórias, sem contar e a publicidade dos instrumentos de planejamento normativos pelas Agencias, instituído pela Lei nº 13.848/2019 não tem atendido a transparência pretendida.

Crises fiscais frequentemente levam a medidas emergenciais do governo, que podem resultar em novas regulamentações, alterações de leis e aumento da burocracia para empresas. Possíveis impactos incluem:

- Mudanças repentinas na legislação tributária, afetando cálculos de impostos e obrigações fiscais;
- Novas exigências regulatórias que podem elevar os custos operacionais das empresas;
- Redução de incentivos e benefícios fiscais, comprometendo a rentabilidade de determinados setores.



Como reduzir riscos?

✓ **Acompanhamento constante da legislação:** Empresários devem monitorar propostas em tramitação no Congresso que possam afetar seu setor.

✓ **Assessoria jurídica e contábil especializada:** Ter uma equipe preparada para interpretar e adaptar-se rapidamente às mudanças normativas.

✓ **Estratégias de compliance e governança:** Empresas bem estruturadas em termos de conformidade regulatória enfrentam menos dificuldades em períodos de mudança.

5 - ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

Diante do cenário de risco fiscal, o empresário brasileiro precisa agir de forma preventiva, fortalecendo sua gestão e adotando medidas estratégicas para manter sua empresa competitiva e sustentável. Algumas ações essenciais incluem:

- ✓ **Otimização de processos internos:** Redução de desperdícios e aumento da eficiência operacional.
- ✓ **Diversificação de produtos e mercados:** Exploração de novos segmentos para reduzir a dependência de um único setor.
- ✓ **Reserva financeira:** Construção de um fundo de emergência para enfrentar períodos de instabilidade.
- ✓ **Monitoramento econômico:** Acompanhar indicadores como inflação, câmbio e políticas fiscais para antecipar tendências.

6 - CONCLUSÃO:

19

Diante do cenário de risco fiscal no Brasil, torna-se imprescindível que empresários adotem uma postura proativa para mitigar os impactos econômicos decorrentes do descontrole das contas públicas.

O aumento da carga tributária, a oscilação cambial, a inflação elevada, as dificuldades no acesso ao crédito e as incertezas regulatórias impõem desafios significativos, exigindo planejamento estratégico e uma gestão financeira eficiente.

A instabilidade fiscal pode comprometer a competitividade e a sustentabilidade dos negócios, tornando essencial a adoção de medidas como o fortalecimento do compliance tributário, a diversificação de mercados, a busca por alternativas de financiamento menos onerosas e a antecipação de mudanças regulatórias.

Empresas que investem na otimização de processos internos, na reserva de capital e no acompanhamento contínuo do ambiente econômico estarão mais preparadas para enfrentar períodos de instabilidade.

Além disso, a busca por assessoria jurídica e contábil especializada pode garantir uma melhor adaptação às mudanças tributárias e regulatórias, reduzindo riscos e garantindo maior previsibilidade nas operações.

Diante desse cenário, a tomada de decisões informadas, baseada em dados e tendências econômicas, torna-se um diferencial competitivo para empresas que desejam crescer de forma sustentável.

O momento econômico exige cautela, planejamento e inovação, de modo que os negócios possam se fortalecer mesmo em meio a incertezas fiscais e políticas.

Assim, mais do que um desafio, o contexto atual deve ser visto como uma oportunidade para repensar estratégias e consolidar modelos de gestão mais eficientes e resilientes.

R TAVEIRA & ROMÃO
Sociedade de Advogados

www.taveiraeromao.adv.br